

Demonstrações Financeiras

Eólica Faísas II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

31 de dezembro de 2025

Com relatório de auditor independente

Eólica Faísas II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Contexto operacional	10
Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	11
Caixa e equivalentes de caixa.....	20
Caixa restrito e depósitos restituíveis.....	20
Contas a receber de clientes	21
Estoques.....	22
Impostos a recuperar	22
Imobilizado.....	23
Contas a pagar e Fornecedores.....	25
Empréstimos, financiamentos	26
Obrigações tributárias.....	27
Provisão para desmobilização	28
Patrimônio líquido	28
Receita operacional líquida.....	29
Custos e despesas por natureza.....	32
Resultado financeiro	33
Imposto de renda e contribuição social	33
Transações com partes relacionadas.....	34
Cobertura de Seguros.....	35
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	36



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da

Eólica Faísas II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Trairi - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Faísas II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos atenção à nota explicativa 2.8 às demonstrações financeiras, em decorrência das correções de erros descritas na referida nota explicativa, os valores correspondentes, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Eólica Faísa II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	12.300	30.477
Caixa restrito e depósitos restituíveis	4	13.463	-
Contas a receber de clientes	5	7.096	2.109
Contas a receber – Partes relacionadas	18	334	107
Despesas antecipadas		1.031	964
Estoques	6	2.172	1.940
Impostos e contribuições a recuperar	7	380	1.708
Outras contas a receber		189	49
Total do ativo circulante		36.965	37.354
Não circulante			
Caixa restrito e depósitos restituíveis	4	5.702	5.093
Imobilizado	8	50.968	55.833
Total do ativo não circulante		56.670	60.926
Total do ativo		93.635	98.280

Eólica Faísa II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024) (Reapresentado)
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar e Fornecedores	9	3.360	3.733
Contas a pagar – Partes relacionadas	18	1.000	330
Empréstimos e financiamentos	10	5.700	5.175
Obrigações tributárias	11	228	719
Dividendos a pagar	18	-	6.701
Total do passivo circulante		10.288	16.658
Não circulante			
Contas a pagar e Fornecedores	9	23.964	15.969
Empréstimos e financiamentos	10	29.861	35.344
Provisão para desmobilização	12	631	575
Total do passivo não circulante		54.456	51.888
Patrimônio líquido			
Capital social	13	26.058	26.058
Reservas de lucros		2.833	3.676
Total do patrimônio líquido		28.891	29.734
Total do passivo e do patrimônio líquido		93.635	98.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Faísa II – Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	14	19.593	20.512
Custo de geração de energia	15	(11.300)	(14.353)
Lucro bruto		8.293	6.159
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	15	(525)	(299)
Outras receitas e despesas operacionais		3	(46)
		(522)	(345)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		7.771	5.814
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	4.559	3.539
Despesas financeiras	16	(5.005)	(2.235)
		(446)	1.304
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.325	7.118
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	17	(2.158)	(1.835)
		(2.158)	(1.835)
Lucro líquido do exercício		5.167	5.283

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Faísas II – Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Demonstração do resultado abrangente

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
		<i>(Reapresentado)</i>
Lucro líquido do exercício	5.167	5.283
Total do resultado abrangente do exercício	<u>5.167</u>	<u>5.283</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Faísas II – Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)		26.058	2.311	6.783	-	35.152
Distribuição de dividendos	13	-	-	(6.783)	-	(6.783)
Lucro líquido do exercício	13	-	-	-	5.283	5.283
Constituição de reserva legal	13	-	264	-	(264)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13	-	-	-	(1.255)	(1.255)
Antecipação de dividendos	13	-	-	-	(2.663)	(2.663)
Reserva de retenção de lucros	13	-	-	1.101	(1.101)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)		26.058	2.575	1.101	-	29.734
Distribuição de dividendos	13	-	-	(1.101)	-	(1.101)
Lucro líquido do exercício	13	-	-	-	5.167	5.167
Constituição de reserva legal	13	-	258	-	(258)	-
Antecipação de dividendos	13	-	-	-	(4.909)	(4.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		26.058	2.833	-	-	28.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Faísas II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
			(Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.325	7.118
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Depreciação do ativo imobilizado	8	6.366	6.416
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10	1.408	1.490
Atualização financeira da provisão para desmobilização	12	56	51
Baixa de ativo imobilizado	8	107	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(4.987)	556
Contas a receber - Partes relacionadas		(227)	-
Despesas antecipadas		(67)	(719)
Estoques		(232)	837
Impostos e contribuições a recuperar		1.328	(278)
Outros		(140)	766
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		7.622	4.160
Contas a pagar – Partes relacionadas		670	-
Impostos e contribuições a recolher		(1.091)	(488)
(-) Pagamento de impostos de renda e contribuição social		(1.558)	(1.438)
(-) Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	10	(1.270)	(1.348)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		15.310	17.123
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Caixa restrito e depósitos restituíveis		(14.072)	(407)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	8	(1.608)	(2.852)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(15.680)	(3.259)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(5.096)	(4.773)
Dividendos pagos a acionistas		(12.711)	(6.863)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(17.807)	(11.636)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(18.177)	2.228
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro		30.477	28.249
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro		12.300	30.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Faísa II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Eólica Faísa II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), cuja sede social é localizada na Rodovia CE 163, s/n, km 42, Fazenda Faísa I, CEP 62690-000, na cidade de Trairi, estado do Ceará, é uma sociedade por ações de capital fechado cujo objeto social é (i) o desenvolvimento, a implantação, e a exploração da Central Geradora Eólica denominada Eólica Faísa II, localizada no Município de Trairi, Estado do Ceará; (ii) a comercialização de energia elétrica gerada por tal empreendimento e (iii) a realização de estudos, projetos, comissionamentos, teste, operação, manutenção, gerenciamento, supervisão, aquisição de equipamentos e materiais e a contratação de terceiros para tanto.

Em 03 de março de 2023 a acionista Eólica Faísa S.A, controladora da Companhia, foi adquirida pelo grupo Brookfield, onde foi realizada a aderência das políticas contábeis do novo controlador ao novo negócio adquirido.

Eólica	Capacidade instalada MW	Nº da autorização ANEEL	Vencimento do prazo da autorização	Local
<i>Faísa II</i>	<i>27,3</i>	<i>Portaria 703/2010</i>	<i>09/08/2045</i>	<i>Trairi - CE</i>

1.1. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Diretoria 15 de maio de 2026.

1.3. Impactos do Pilar Dois

Em 23 de maio de 2023, o *International Accounting Standards Board* emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE, incluindo legislações tributárias que implementam os Impostos Mínimos de Complementação Doméstica Qualificados. A Companhia adotou essas emendas. No entanto, a administração não identificou impactos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Eólica Faísas II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.

A diretoria aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a diretoria afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de encerramento do exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos às taxas das transações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a diretoria faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores

Eólica Faísas II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração efetuou os seguintes julgamentos, estimativas e premissas apresentados nas notas explicativas abaixo:

Nota explicativa 8 – Imobilizado: Valor recuperável e vida útil dos ativos;

Nota explicativa 12 – Provisão para desmobilização: Taxa de desconto das obrigações; e

Nota explicativa 14 – Receita operacional líquida: Receita não faturada.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados a primeira vez em 2025

A Companhia avaliou o conteúdo das novas normas que se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, conforme descrito abaixo. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC

02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

A Companhia não realizou operações de Leaseback ou aluguel de itens vendidos que sejam anteriormente de sua propriedade.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Em 18 de outubro de 2024 o CPC emitiu o OCPC 10 com o objetivo de tratar os requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos por não operar com esses produtos e não fazer parte do seu plano de negócio.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Eólica Faísas II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A administração iniciou uma análise minuciosa e aprofundada sobre a entrada em vigor do referido normativo, com o objetivo de avaliar seus potenciais impactos na divulgação das demonstrações financeiras. Até a data-base deste relatório, não é possível divulgar os efeitos concretos desta adoção.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações

Eólica Faísa II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- i) Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- ii) Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- iii) Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Alterações à IFRS 10 e IAS 28 -Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

Em fevereiro de 2026, o IASB publicou um Exposure Draft propondo ajustes específicos na IAS 28, visando clarificar quais investimentos em associadas e joint ventures podem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Ainda não temos a definição de uma data efetiva.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- iv) Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- v) Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.

Eólica Faísas II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

- vi) Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Alterações à IFRS 10 e IAS 28 -Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

Em fevereiro de 2026, o IASB publicou um Exposure Draft propondo ajustes específicos na IAS 28, visando clarificar quais investimentos em associadas e joint ventures podem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.7. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.8. Reapresentação dos valores correspondentes em 31 de dezembro de 2024

Em julho de 2025 foi concluída análise em relação ao processo de unitização do ativo imobilizado das empresas do Grupo, utilizando relatório de consultoria técnica especializada como subsídio técnico. No âmbito desse processo, foi identificada divergência entre a vida útil dos ativos adotada anteriormente e aquela usualmente aplicada pela Administração da Companhia, com impactos diretos na depreciação patrimonial e, conseqüentemente, no resultado da Companhia em exercícios anteriores.

Considerando que o relatório técnico já se encontrava disponível em exercícios anteriores e que as informações nele contidas não foram devidamente registradas nas respectivas competências, a Administração concluiu que os efeitos da depreciação relativos a esses períodos configuram erro contábil, nos termos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Dessa forma, foi identificado impacto material decorrente do saldo anterior de depreciação não reconhecida, o qual exigiu a retificação retrospectiva das demonstrações financeiras, conforme previsto na referida norma contábil.

Os ajustes efetuados impactam o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa. Em função disso, determinados valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram reapresentados para fins de comparabilidade, conforme demonstrado a seguir.

Adicionalmente, a Administração informa que os efeitos da reapresentação impactam o balanço patrimonial no início do período mais antigo apresentado, em 01 de janeiro de 2024. Entretanto, por não serem considerados materialmente relevantes, tais efeitos não demandaram a apresentação da terceira coluna, conforme previsto no CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Dessa forma, os ajustes decorrentes da reapresentação foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Eólica Faísa II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2024		
	<i>Originalmente apresentado</i>	<i>Ajustes</i>	<i>Saldos reapresentados</i>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	30.477	-	30.477
Caixa restrito e depósitos restituíveis	-	-	-
Contas a receber de clientes	2.109	-	2.109
Contas a receber – Partes relacionadas	107	-	107
Despesas antecipadas	964	-	964
Estoques	1.940	-	1.940
Impostos e contribuições a recuperar	1.708	-	1.708
Outras contas a receber	49	-	49
Total do ativo circulante	37.354	-	37.354
Não circulante			
Caixa restrito e depósitos restituíveis	5.093	-	5.093
Imobilizado	61.252	(5.419)	55.833
Total do ativo não circulante	66.345	(5.419)	60.926
Total do ativo	103.699	(5.419)	98.280
	31/12/2024		
	<i>Originalmente apresentado</i>	<i>Ajustes</i>	<i>Saldos reapresentados</i>
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar e Fornecedores	3.733	-	3.733
Contas a pagar – Partes relacionadas	330	-	330
Empréstimos e financiamentos	5.175	-	5.175
Obrigações tributárias	719	-	719
Dividendos a pagar	6.701	-	6.701
Total do passivo circulante	16.658	-	16.658
Não circulante			
Contas a pagar e fornecedores	15.969	-	15.969
Empréstimos e financiamentos	35.344	-	35.344
Provisão para desmobilização	575	-	575
Total do passivo não circulante	51.888	-	51.888
Patrimônio líquido			
Capital social	26.058	-	26.058
Reservas de lucros	9.095	(5.419)	3.676
Total do patrimônio líquido	35.153	(5.419)	29.734
Total do passivo e do patrimônio líquido	103.699	(5.419)	98.280

Eólica Faísa II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2024		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Saldos reapresentados
Receita operacional líquida	20.512		20.512
Custo de geração de energia	(10.740)	(3.613)	(14.353)
Lucro bruto	9.772	(3.613)	6.159
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	(299)	-	(299)
Outras receitas e despesas operacionais	(46)	-	(46)
	(345)	-	(345)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	9.427	(3.613)	5.814
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	3.539	-	3.539
Despesas financeiras	(2.235)	-	(2.235)
	1.304	-	1.304
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.731	(3.613)	7.118
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	(1.835)	-	(1.835)
Lucro líquido do exercício	8.896	(3.613)	5.283

	31/12/2024		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Saldos reapresentados
Lucro líquido do exercício	8.896	(3.613)	5.283
Total do resultado abrangente do exercício	8.896	(3.613)	5.283

Eólica Faísa II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Em 01 de janeiro de 2024 – <i>Originalmente apresentado</i>	26.058	2.311	8.589	-	36.958
Ajustes	-	-	(1.806)	-	(1.806)
Em 01 de janeiro de 2024 – <i>Reapresentado</i>	26.058	2.311	6.783	-	35.152
Em 31 de dezembro de 2024 – <i>Originalmente apresentado</i>	26.058	2.756	6.339	-	35.153
Ajustes	-	(181)	(5.238)	-	(5.419)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (<i>Reapresentado</i>)	26.058	2.575	1.101	-	29.734

Eólica Faísas II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2024		
	<i>Originalmente apresentado</i>	<i>Ajustes</i>	<i>Saldos reapresentados</i>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	10.731	(3.613)	7.118
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido (prejuízo) com o fluxo de caixa			
Depreciação do ativo imobilizado	2.803	3.613	6.416
Juros sobre empréstimos e financiamentos	1.490	-	1.490
Baixa do Imobilizado		-	
Atualização da provisão para desmobilização	51	-	51
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes	556	-	556
Despesas antecipadas	(719)	-	(719)
Estoques	837	-	837
Impostos e contribuições a recuperar	(278)	-	(278)
Outros	766	-	766
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar e Fornecedores	4.160	-	4.160
Impostos e contribuições a recolher	(488)	-	(488)
(-) Pagamento de impostos de renda e contribuição social	(1.438)	-	(1.438)
(-) Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(1.348)	-	(1.348)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	17.123	-	17.123
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Caixa restrito e depósitos restituíveis	(407)	-	(407)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(2.852)	-	(2.852)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.259)	-	(3.259)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(4.773)	-	(4.773)
Dividendos pagos a acionistas controladores	(6.863)	-	(6.863)
Caixa líquido gerado aplicado nas atividades de financiamento	(11.636)	-	(11.636)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa	2.228	-	2.228
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	28.249	-	28.249
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	30.477	-	30.477

Eólica Faísia II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera que caixa e equivalentes de caixa são valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Companhia. Os montantes registrados são imediatamente conversíveis em caixa e possuem risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários	169	55
Aplicações financeiras	12.131	30.422
Total	12.300	30.477

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% e 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2025	2024
Banco Bradesco S.A.	CDB	CDI	908	2.150
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	11.223	28.272
Total			12.131	30.422

4. Caixa restrito e depósitos restituíveis

Correspondem a recursos monetários que não disponíveis para utilização imediata pela entidade, sendo necessário a autorização e terceiros para movimentação do recurso, em razão de restrições impostas por instrumentos contratuais de dívida, disposições legais ou exigências regulatórias. Tais restrições limitam a livre movimentação desses valores, vinculando-os a finalidades específicas previamente determinadas, como garantias, obrigações financeiras ou projetos regulados, segregados nas seguintes categorias:

Conta centralizadora do serviço da dívida

Conta Centralizadora do Citibank saldo em conta corrente vinculado às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e no Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) vinculado as obrigações com o mesmo. A conta foi constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos e só pode ser movimentada pelo Citibank, que mensalmente reserva o valor para pagamento da próxima prestação da dívida, e em seguida transfere todos os recursos remanescentes para a conta livre movimento.

Conta reserva de garantia

Depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco do Nordeste (BNB), referente à manutenção do fundo de liquidez em conta reserva especial, que permanecerão bloqueados até o final da liquidação de todas as obrigações garantidas.

Eólica Faísas II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Caixa restrito de curto prazo:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2025	2024
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Reserva de dívida	CDI	13.463	-
Total			13.463	-

Caixa restrito de longo prazo:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2025	2024
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Reserva especial	CDI	5.702	5.093
Total			5.702	5.093

5. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores originados pela transação de venda ou comercialização de energia elétrica e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através do reconhecimento de receitas onde haja razoável certeza de que fluxos de caixa futuros fluirão para a Companhia em valor igual ao registrado.

Caso haja incerteza de sua realização, uma provisão é registrada. A provisão para a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") é constituída com base nas perdas esperadas pela Companhia, na análise individualizada dos clientes e nas negociações em andamento dos saldos com seus clientes.

A Companhia avalia seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

	2025	2024
Venda de energia elétrica - Faturado	2.221	2.109
Contas a receber - Curtailment	821	-
Contas a receber – Reembolso de curtailment (a)	4.054	-
Total do contas a receber de clientes	7.096	2.109

a) Com a promulgação da Lei nº 15.269/2025, foi assegurado às empresas o direito de recalcular os saldos a serem reembolsados pela CCEE, decorrentes dos cortes de energia ocorridos no período de setembro de 2023 até a data-base destas demonstrações financeiras. Embora a nova metodologia de cálculo e os valores estimados de reembolso já tenham sido divulgados até a data de emissão destas demonstrações financeiras, ainda não foram definidos os critérios, prazos e procedimentos para o efetivo recebimento desses saldos.

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2025	2024
Saldo a vencer	7.096	2.109
Total das contas a receber de clientes	7.096	2.109

Eólica Faísas II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, nenhuma provisão de perda esperada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber.

A Administração não prevê a constituição de novas provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD), tendo em vista as características do mercado em que a Companhia opera e os mecanismos de mitigação do risco como, processos de análise de crédito, acompanhamento contínuo da carteira e garantias contratuais.

6. Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização e são avaliados ao custo ou o valor realizável dos dois o menor.

A administração realiza avaliações periódicas dos itens registrados em estoque, com foco na identificação de riscos relacionados à perda de valor e à obsolescência. Quando constatadas tais situações, os valores correspondentes ao custo dos itens são reconhecidos como baixa no resultado da Companhia, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis

	2025	2024
Almoxarifado	2.172	1.940
Total dos estoques	2.172	1.940

7. Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos a recuperar são registrados quando existe um direito legal para a Companhia. Os saldos são apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários e a recuperabilidade dos saldos é revisada anualmente. Os impostos a recuperar representam os direitos que serão realizados por meio de compensações com obrigações futuras provenientes das operações da Companhia. A Companhia revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos e, quando necessário, provisões são constituídas para assegurar que esses ativos sejam contabilizados com base no seu valor realizável:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

	2025	2024
IRPJ/CSLL	376	883
PIS/COFINS	-	822
ICMS	4	3
Total dos impostos e contribuições a recuperar	380	1.708

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetua as avaliações e concluíram que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

Eólica Faísas II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

8. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização ou concessão, dos dois, o menor.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Os adiantamentos realizados a fornecedores, vinculados exclusivamente à aquisição ou construção de ativos imobilizados, são registrados como adições ao imobilizado, em razão de sua natureza e finalidade. Tal procedimento visa garantir que o custo dos ativos, apresentado na data-base das demonstrações financeiras, corresponda aos montantes efetivamente investidos pela Companhia.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem, custos e juros dos empréstimos intrinsecamente ligados a construção do ativo conforme disposto no CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos, até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Método de depreciação:

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização de operação, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que se assemelham às vidas úteis efetivas dos bens. Os ativos administrativos são depreciados a taxas que também refletem a vida útil efetiva dos bens.

A Companhia efetuou a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2025 e 2024 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual de seus ativos.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens.

Eólica Faísa II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Vida útil
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos

Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment)

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

A companhia analisou em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável.

A diretoria avaliou e conclui que não há indicativos de impairment.

Segue abaixo os movimentos do imobilizado na demonstração financeira:

	2025			2024
		Depreciação acumulada		(reapresentado)
	Custo		Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Máquinas e equipamentos	97.758	(52.868)	44.890	51.344
Desmobilização de ativos	205	(75)	130	137
Em curso				
Estoque de ativo fixo	2.785	-	2.785	3.060
Bens em andamento	3.163	-	3.163	1.292
Total	103.911	(52.943)	50.968	55.833

	Saldo em 2024	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2025
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	97.890	-	12	(144)	97.758
Desmobilização de ativos	205	-	-	-	205
	-				
Em curso	-				
Estoque de ativo fixo	3.060	712	(987)	-	2.785
Bens em andamento	1.292	896	975	-	3.163
	102.447	1.608	-	(144)	103.911

Eólica Faísas II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Saldo em 2023	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2024
<u>Em serviço</u>					
Terrenos	10	-	-	-	10
Máquinas e equipamentos	97.880	-	-	-	97.880
Desmobilização de ativos	205	-	-	-	205
<u>Em curso</u>					
Estoque de ativo fixo	634	2.426	-	-	3.060
Bens em andamento	866	426	-	-	1.292
	99.595	2.852	-	-	102.447
Depreciação	Saldo em 2024	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2025
	<i>(reapresentado)</i>				
<u>Em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	(46.546)	(6.359)	-	37	(52.868)
Provisão para desmobilização	(68)	(7)	-	-	(75)
	(46.614)	(6.366)	-	37	(52.943)
Depreciação	Saldo em 2023	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2024
	<i>(reapresentado)</i>				<i>(reapresentado)</i>
<u>Em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	(40.135)	(6.411)	-	-	(46.546)
Provisão para desmobilização	(63)	(5)	-	-	(68)
	(40.198)	(6.416)	-	-	(46.614)

9. Contas a pagar e Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

	2025	2024
Fornecedores	942	595
Contas a pagar – CCEE	10	19.107
Contas a pagar - Quadriênio	26.372	-
	27.324	19.702
Passivo circulante	3.360	3.733
Passivo não circulante	23.964	15.969

Eólica Faísas II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

10. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia estão sujeitos a cláusulas restritivas (*covenants*) de natureza financeira e não financeira. A administração realiza monitoramento contínuo e detalhado dos indicadores exigidos, com o objetivo de assegurar a conformidade contratual e mitigar riscos que possam resultar em descumprimento, evitando, assim, impactos adversos na liquidez, na estrutura de capital e na operação da Companhia.

As despesas incorridas na captação de empréstimos e financiamentos são registradas como custos diferidos e apropriadas ao resultado financeiro da Companhia de forma sistemática, ao longo do prazo contratual, utilizando o método da taxa efetiva de juros, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Credor	Modalidade	Encargos	2025		2024	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Em moeda nacional</u>						
BNDES	Financiamento	TJLP + 1,66% a.a.	1.289	3.921	1.250	5.064
BNB	Financiamento	2,50% a.a.	4.411	25.940	3.925	30.280
Total			5.700	29.861	5.175	35.344
					2025	2024
Saldo inicial					40.519	45.150
Juros provisionados (Nota 16)					1.408	1.490
Amortização de principal					(5.096)	(4.773)
Pagamento de juros					(1.270)	(1.348)
Saldo final dos empréstimos e financiamentos					35.561	40.519

Eólica Faísa II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2025, têm os seguintes vencimentos:

Ano	R\$
2027	4.659
2028	4.919
2029	5.839
A partir de 2029	14.444
	29.861

Empréstimos e financiamentos – BNDES:

A Companhia possui financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), com data de vencimento em 15 de abril de 2045, e amortização mensal de principal e juros.

No contrato de financiamento, há a obrigação de apuração do Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) de, no mínimo, 1,3 vezes, a cada encerramento de exercício, e da manutenção do saldo mínimo do serviço da dívida, correspondente a 6 (seis) vezes o valor da prestação da dívida da Companhia. Ademais, outras obrigações restritivas e cláusulas de vencimento antecipado são constantemente monitoradas.

Em 31 de dezembro de 2025, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (“*covenants* financeiros e não financeiros”).

As garantias aos financiamentos são prestadas pela Janaúba Holding S.A., Elera Renováveis S.A. e pela Rio Casca Energética S.A., no qual compreendem fianças bancárias, contas reservas, penhor dos ativos e ações, cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações

11. Obrigações tributárias

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

	2025	2024
IRPJ/CSLL	171	494
PIS/COFINS	-	77
ICMS	-	41
ISS	33	34
INSS	10	47
Retido de terceiros	14	17
Outros	-	9
	228	719

Eólica Faísa II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

12. Provisão para desmobilização

Considerando que os parques possuem contratos de arrendamento do terreno e foram assumidas obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato, a provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo (Nota 8).

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o imobilizado.

Os passivos foram mensurados ao valor presente descontados por meio da taxa de 9,90% para os parques eólicos. A premissa pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base a inflação e vida útil do ativo.

	2025	2024
Saldo inicial	575	524
Atualização (Nota 16)	56	51
Saldo final	631	575

13. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é de R\$26.058 e está representado por 2.255.447 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas Assembleias Gerais da Companhia, pertencentes em sua totalidade à Eólica Faísa S.A.

Reservas de lucros

Reserva legal

O Estatuto Social da Companhia determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

Reserva de retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Dividendos

Eólica Faísas II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Em 08 de dezembro de 2025, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos no valor de R\$6.010, sendo R\$ 1.101 referente a dividendos complementares e R\$4.909 referentes a antecipação de dividendos.

Em 11 de dezembro de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos, no valor R\$9.446, sendo R\$ 6.783 referente a dividendos complementares e R\$2.663 referente a antecipação de dividendos.

O Estatuto Social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório valor não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2025	2024
		(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	5.167	5.283
Constituição da reserva legal 5%	(258)	(264)
Lucro líquido ajustado	4.909	5.019
Antecipação de dividendos	(4.909)	(2.663)
Dividendo mínimo obrigatório 25%	-	(1.255)
Reserva de retenção de lucros	-	(1.101)
Resultado a destinar	-	-

14. Receita operacional líquida

Reconhecimento da receita

A receita operacional da Companhia é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência persuasiva de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização, conforme disposto no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Venda de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de venda de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

Eólica Faísas II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com as distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Leilão de energia reserva

A receita reconhecida é gerada nos Parques Eólicos da Companhia e é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente. Os contratos seguem o modelo de Contratação de Energia de Reserva (CER) e possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, conforme a entrega de energia ocorre, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

A Companhia considera que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia mensura a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável. No mês subsequente, o valor estimado da contraprestação no mês anterior é estornado a receita efetivamente faturada é reconhecida.

Adicionalmente, os contratos CER possuem limites de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada e estabelecem que sejam apuradas as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base no preço contratual. Desvios positivos ou negativos são registrados conforme a seguir:

Geração excedente: a geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas é reconhecida no mês de competência conforme metodologia estabelecida em cada contrato e esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada. A Companhia reconhece a receita excedente pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a geração excedente é apurada, liquidada pelo preço estabelecido em contrato entre as partes e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

Geração deficitária: a geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas é reconhecida no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados

Eólica Faísas II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada, sendo pagos em 24 parcelas após eventuais compensações com gerações excedentes, e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada, sendo pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, mensurado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso nos contratos CER.

Receita não faturada

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cuja disponibilização de energia foi concluída, mas ainda não foi faturada até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas.

Curtailement

Em 25 de novembro de 2025, foi convertida em Lei nº 15.235/2025 a Medida Provisória nº 1.300/2025, promovendo ajustes no marco regulatório do setor elétrico. Entre as várias medidas estabelecidas, foram instituídos mecanismos de compensação financeira aplicáveis aos cortes de geração impostos pelo ONS (“*curtailment*”) de usinas, classificados como indisponibilidade externa ou restrições de confiabilidade elétrica. As regras de compensação contemplam tanto os eventos ocorridos no período de 01 de setembro de 2023 a 25 de novembro de 2025, quanto aqueles verificados após 25 de novembro de 2025.

O objetivo desse mecanismo é recompor os efeitos econômicos decorrentes de eventos externos que restringiram involuntariamente a capacidade de geração das usinas.

Nos termos da legislação, o reconhecimento do direito econômico exige manifestação inequívoca de adesão da entidade às condições previstas, incluindo a renúncia a eventuais ações judiciais relacionadas ao tema. Tal compromisso pode ser evidenciado pela assinatura de termo de compromisso ou por decisão administrativa documentada.

A diretoria da Companhia manifestou, em 22 de janeiro de 2026, a adesão ao mecanismo de compensação. Considerando-se a data de promulgação da referida legislação, conclui-se que as condições que fundamentam o reconhecimento do reembolso já existiam em 31 de dezembro de 2025.

Com base nesse arcabouço regulatório, a Companhia reconheceu na rubrica de receita líquida, em 31 de dezembro de 2025, o valor de R\$3.903, correspondente ao direito de ressarcimento dos eventos de curtailement desde 01 de setembro de 2023, cujo direito contratual ao recebimento passou a existir após a aprovação da Lei nº 15.235/2025. O valor foi mensurado com base em dados operacionais validados pelo ONS e nas regras de contabilização e liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Eólica Faísas II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Receita operacional bruta		
<u>Fornecimento de energia</u>		
Venda de energia elétrica	30.855	21.288
Resultado com CCEE	(10.516)	1
(Nota 17)	20.339	21.289
 <u>Deduções da receita operacional bruta</u>		
<u>Impostos sobre a venda</u>		
PIS	(133)	(138)
COFINS	(613)	(639)
	(746)	(777)
 Receita operacional líquida	19.593	20.512

15. Custos e despesas por natureza

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

	2025	2024
Custo do serviço de energia elétrica		
Compra de energia elétrica – Partes relacionadas (Nota 18)	-	(2.589)
Royalties ANEEL	(1.967)	(1.810)
Total custo do serviço de energia elétrica	(1.967)	(4.399)
 Custo com operação	2025	2024
		(Reapresentado)
Impostos, licenças e taxas	(33)	(32)
Serviços de terceiros	(1.261)	(1.369)
Seguros	(543)	(566)
Pessoal	(4)	(6)
Depreciação de ativo imobilizado (Nota 8)	(6.366)	(6.416)
Manutenção	(270)	(1.206)
Serviços de operação e manutenção - Partes relacionadas (Nota 18)	(666)	-
CCEE	(13)	(8)
Telecomunicações	-	(2)
Promoção e publicidade	(13)	(22)
Outros	(164)	(327)
Total custo com operação	(9.333)	(9.954)
 Total de custos	(11.300)	(14.353)
 Despesas gerais	2025	2024
Serviços de terceiros	(3)	(1)
Serviços de administração - Partes relacionadas (Nota 18)	(273)	(298)
Outros	(249)	-
Total das despesas administrativas e gerais	(525)	(299)

Eólica Faísas II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

16. Resultado financeiro

A companhia reconhece o resultado financeiro, incluindo receitas e despesas financeiras, com base no regime de competência, ou seja, à medida que são incorridas, independentemente do momento do recebimento ou desembolso de caixa.

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

Receita financeira	2025	2024
Receitas com aplicações financeiras	4.556	3.539
Variação cambial	3	-
Total	4.559	3.539

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, atualização monetária dos passivos de longo prazo, reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

Despesa financeira	2025	2024
Juros de empréstimos e financiamentos (Nota 10)	(1.408)	(1.490)
Atualização da provisão de desmobilização (Nota 12)	(56)	(51)
Despesas com letras de créditos	(490)	(1)
Imposto sobre operações financeiras	(9)	(3)
Variação cambial	(1)	(29)
Atualização monetária	(296)	-
Multa e juros	(1.297)	(238)
Outras despesas financeiras	(1.448)	(423)
Total	(5.005)	(2.235)

17. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de presunção de 8% para imposto de renda e 12% sobre as receitas brutas auferida no período de apuração, somadas a receita financeira. Sobre esta base é apurado o imposto de renda e a contribuição social mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

A Administração avaliou a existência de incertezas relacionadas ao tratamento dos tributos sobre o lucro, conforme previsto no ICPC 22, e concluiu que não foram identificados impactos relevantes na apuração do imposto.

	2025	2024
Corrente		
Imposto de renda	(1.525)	(1.287)
Contribuição social	(633)	(548)
Total com despesas de impostos	(2.158)	(1.835)

Eólica Faísa II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Impostos correntes	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia) (nota 14)	20.339	20.339	21.289	21.289
	20.339	20.339	21.289	21.289
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.627	2.441	1.703	2.555
Receitas financeiras	4.559	4.559	3.539	3.539
Outras receitas tributáveis	8	8	-	-
Base de cálculo total	6.195	7.008	5.242	6.094
% Alíquota de imposto	25%	9%	25%	9%
	(1.549)	(631)	(1.310)	(548)
Outros	24	(2)	23	-
Total	(1.525)	(633)	(1.287)	(548)

18. Transações com partes relacionadas

Em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, a Companhia considera como partes relacionadas todas as entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia. Essa definição abrange também transações, saldos e operações realizadas entre essas partes.

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Ativo	Notas	2025	2024
<u>Contas a receber</u>			
Eólica Faísa V S.A.	(a)	334	107
Total		334	107
 Passivo			
<u>Contas a pagar</u>			
Eólica Faísa III	(b)	-	330
Elera Renováveis S.A.	(b)	918	-
Alex Energia Participações S.A.	(b)	15	-
Eólica Faísa S.A.	(b)	67	-
Total		1.000	330
 <u>Dividendos a pagar</u>			
Eólica Faísa S.A.	(c)	-	6.701
Total		-	6.701

Eólica Faísa II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Despesa	Notas	2025	2024
<u>Serviço de administração</u>			
Elera Renováveis S.A.	(d)	(273)	(298)
Total	Nota 15	(273)	(298)
Custo	Notas	2025	2024
<u>Compra de energia elétrica</u>			
Elera Energia Renovável S.A.	(e)	-	(2.589)
Total	Nota 15	-	(2.589)
	Notas	2025	2024
<u>Serviço de operação e Manutenção</u>			
Eólica Faísa S.A.	(f)	(666)	-
Total	Nota 15	(666)	-

- (a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica;
- (b) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (c) Dividendos a serem pagos aos acionistas;
- (d) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (e) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (f) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;

Em 2025 e 2024, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as companhias do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

19. Cobertura de seguros

A Companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2025 é de R\$203.026 (368.026 em 31 de dezembro de 2024).

A apólice de seguro mantida pela Companhia tem como proponente principal a Eólica Faísa S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as eólicas da Companhia. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$180.000.

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Eólica Faísa II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Análise dos instrumentos financeiros

A companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados conforme demonstrado abaixo:

Ativo Financeiro	2025			2024		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Conta corrente	169	-	169	55	-	55
Aplicações financeiras	-	12.131	12.131	-	30.422	30.422
Contas a receber de clientes	7.096	-	7.096	2.109	-	2.109
Contas a receber – Partes relacionadas	334	-	334	107	-	107
Caixa restrito e depósitos restituíveis	-	19.165	19.165	-	5.093	5.093
Despesas antecipadas	1.031	-	1.031	964	-	964
Outras contas a receber	189	-	189	49	-	49
Total	8.819	31.296	40.115	3.284	35.515	38.799

Passivo Financeiro	2025			2024		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Contas a pagar e Fornecedores	27.324	-	27.324	19.702	-	19.702
Contas a pagar – Partes relacionadas	1.000	-	1.000	330	-	330
Empréstimos e financiamentos	35.561	-	35.561	40.519	-	40.519
Dividendos a pagar	-	-	-	6.701	-	6.701
Total	63.885	-	63.885	67.252	-	67.252

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá.

- a) No mercado principal para o ativo ou passivo;
- b) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia;

Eólica Faísia II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

Os instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo enquadram-se integralmente no Nível 1 da hierarquia de mensuração, uma vez que seus valores são determinados com base em preços cotados em mercados ativos, acessíveis ao público e observáveis de forma direta na data de mensuração.

Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela diretoria, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

i) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado.

Eólica Faísia II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

ii) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) Risco de taxa de juros

Refere-se ao risco da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas, em contrapartida impactará na remuneração do caixa da Companhia.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

A elevação das taxas básicas de juros estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") poderá ter impacto adverso no resultado da Companhia na medida em que pode inibir o crescimento econômico do país e, conseqüentemente, do setor elétrico. Ressalte-se também que a Companhia possui empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pós fixadas ficando, portanto, os fluxos de pagamento dessas dívidas expostos às flutuações das taxas de juros. Diante desse cenário, a Companhia está exposta a um risco financeiro associado a taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro de seus passivos financeiros. Por outro lado, a Companhia possui instrumentos financeiros ativos, como caixa e equivalentes de caixa onde tais recursos financeiros são mantidos em instituições financeiras remunerados pela taxa de depósitos interbancários (DI), atenuando o impacto no resultado decorrendo do aumento dos passivos financeiros da Companhia.

iv) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (covenants financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela diretoria por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

v) Risco de concentração de carteira de clientes

A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetua avaliações financeiras, requisitam garantias financeiras e executam o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

Eólica Faísas II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

vi) Risco de geração

A receita proveniente da venda de energia elétrica pelos geradores e eólicos depende diretamente da energia efetivamente gerada. O ambiente de contratação na qual foi vendida a energia do gerador eólico, mercado livre ou regulado, definirá como e quando o déficit ou o superávit de geração afetará a receita da Companhia.

Com a sanção da Lei nº 15.269, de 2025, ficou determinado que os cortes de geração decorrentes de falta de demanda — classificados pelo agente regulador como “curtailment energético” — deixam de possuir respaldo legal para a abertura de processos de reembolso. Dessa forma, eventuais restrições impostas à produção de energia por motivos exclusivamente relacionados à insuficiência de demanda não poderão ser objeto de compensação financeira ou pleitos indenizatórios perante as instâncias regulatórias competentes.

No mercado livre, quando a produção da usina é inferior aos seus compromissos contratuais, a Companhia deverá adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo. Quando a venda é efetivada no mercado regulado, o eventual déficit de geração deverá ser abatido da receita de contratos que a usina tem direito. Para as usinas em construção, quando um contrato de fornecimento se inicia antes da data de início de operação comercial da usina, a Companhia deverá adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo.

vii) Risco de não renovação da autorização e concessão

Parques Eólicos

A Companhia detém autorização para exploração de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos.

O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito à renovação de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica proveniente de fonte eólica. A Lei Federal nº 13.360/2016, ao alterar a Lei nº 9.427/1996, em seu § 1º - C, art. 26, apenas dispõe que os empreendimentos de fontes eólicos que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas não observarão o desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD).

Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas a Companhia pelo Poder Concedente.

Caso a renovação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Derivativos

Durante os exercícios de 2025 e de 2024, a Companhia não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

* *